**Ata da 56ª Assembleia Ordinária do Conselho Gestor da**

**Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande**

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas e cinco minutos em segunda chamada, reuniram-se no ambiente virtual *Microsoft Teams*, os membros do Conselho Gestor da APA do Banhado Grande presentes para a Assembleia Ordinária, convocada pela Presidência, Sra. Letícia Rolim Vianna.

Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha – Letícia da Silva Ferreira

Prefeitura de Glorinha – Priscilla Kiscporski

Prefeitura de Gravataí – Valeska Marquette

FEPAM – Roberta Ferreira Soares

FEPAM - Clebes Pinheiro

DRHS – Gabriel Muller

SEMA – Letícia Rolim Vianna

SEMA – Cecília Schuler Nin

SEMA – Jan Karel

SEMA – Paola Stumpf

ACAMPA - Arnildo Hasper

LBV – José Joaquin Martins Rodrigues

SEAPDR – Eduardo Oslaj

Comitê Gravataí - Manoel Adam

AAFISE – Marthin Zang

EMATER – Vanessa Rosa dos Santos Esperotto

FIERGS – Leonardo Ritta

SINDIENERGIA – Daniela Cardeal

APNVG – Tânia Maria Dias Peixoto

CURICACA – Andreas Kindel

ACIVI - Rafael Goelzer

INCRA – Paulo Heerdt

Convidada: Roberta Morillos Teixeira (MPE)

Visitantes: Jordana Borba Gomes, Viviane Brenner (UFRGS), Paula Hofmeister (FARSUL), Iliete Citadin (Mov. Não ao Lixão)

**1. Aprovação da ata da 55° Assembleia Ordinária de 31 de agosto de 2020**

**1.1 Aprovação de ata -** A reunião foi aberta pela presidente do Conselho, Letícia Rolim Vianna. Foi colocado em votação a ata da 55° Assembleia Ordinária do dia 31 de agosto de 2020 e aprovada por unanimidade.

* **Acordos, solicitações e propostas**

Letícia solicita a todos os participantes da reunião coloquem no *chat* da reunião o seu nome e entidade que representam para ser usado como lista de presença.

Orientou que, para pedir a palavra, deve ser solicitado no *chat* e, de acordo com a ordem, cada um teria seu momento de fala.

 A reunião será gravada.

**2.Plano de Manejo**

**2.1- Relato do andamento e preparação das próximas etapas do processos (Oficinas Setoriais)**

Letícia passa a palavra a Paola para fazer os relatos.

Paola: Relata que após a identificação dos alvos de conservação e as possíveis ameaças a esses alvos foram elaboradas 4 oficinas setoriais.

As oficinas foram divididas em grandes temas e setores afins, Conservação Ambiental, Gestão e Saneamento, Mineração e Indústria, e Agropecuária. Para esses encontros foi elaborado material para ser trabalhado previamente e devolvido para a equipe, os participantes foram escolhidos pelas entidades de acordo com o seu conhecimento territorial e a respeito dos temas a serem abordados nas oficinas. Esses atores poderão propor ações, estudos ou diretrizes que entendem ser as mais adequadas para a conservação dos alvos já identificados. O produto elaborado nas oficinas setoriais será colocado para apreciação do conselho e servirá de balizador para a elaboração de Programas, ações e zoneamento da APA, e dessa forma finalizar do plano de manejo da APABG.

Promotora Roberta: Pergunta se o zoneamento depende das oficinas setoriais.

Paola: Explica que sim, pois do resultado das temáticas é que irão surgir diretrizes para elaboração de uma proposta de zoneamento.

Jan: As informações dos dados para o zoneamento já vem sendo coletadas desde o início dos trabalhos, as oficinas irão refinar os dados e auxiliar na construção do zoneamento.

 Cecília: Informa que amanhã, dia 06 de outubro de 2020, terá a oficina com o setor da conservação ambiental e na próxima quarta, dia 07, com o municípios para tratar da gestão de saneamentos. Não tivemos retorno do município de Viamão, até o momento.

Rafael: Informa que foi solicitado o agendamento de uma reunião com o Prefeito de Viamão através da ACIVI, onde estiveram presentes o Prefeito, a Secretaria do meio ambiente e Secretaria de saúde, ficou acordado que o município iria indicar por oficio um representante técnico de carreira do município para se ter uma continuidade no acompanhamento e solicita a informação se a indicação chegou até o conselho e caso não tenha chegado irá conversar novamente e solicitar que enviem.

Cecília: informa que até o momento não receberam nenhuma indicação, que entrou em contato com a Secretaria do Meio Smbiente de Viamão via whatsApp e que ela informou que iria mandar, mas até o momento não foi recebido nada. Expressa a sua preocupação com o tempo, pois a oficina será daqui a 2 dias.

Letícia: informa que também ligou solicitando, sendo que a prefeitura disse que até sexta mandaria e até o momento nada.

Rafael: irá repassar a informação para a Associação comercial de Viamão a fim de cobrar novamente uma ação da prefeitura.

Roberta: questiona à Letícia e a Cecília o que efetivamente necessitam, pois irá ligar pessoalmente para a Secretaria de meio ambiente de Viamão.

Leticia: Informa que precisa de indicação de pessoas que representem o município, mas também das informações solicitadas anteriormente ao município, como as planilhas enviadas para captarmos informações que servirão de base para as oficinas setoriais, material que já deveria ter sido entregue, e acredita que não irão conseguir entregar.

Roberta: Irá ligar hoje mesmo para a secretaria e solicitar a indicação de uma pessoa do quadro para acompanhar e que tenha conhecimento do plano de saneamento do município e da parte ambiental.

Paola: Diz que as pessoas indicadas precisam ter conhecimento do território, de planejamento e da situação do saneamento municipal. Esse material foi apresentado e disponibilizado para os conselhos de municipais de Gravataí, Glorinha e Santo Antônio da Patrulha, é muito importante a participação dos municípios. Gravataí e Glorinha já retornaram as planilhas e irão participar das oficinas.

Roberta: Até o fim do dia informarei a Letícia sobre a solicitação.

**3.Programa Revitalização da Bacia Gravataí**

**3.1- Relato do trabalho do Grupo de Trabalho - GT Renaturalização**

Letícia: O GT da Renaturalização agora é uma parte de um Programa maior do Governo do Estado que é o Plano de Revitalização de Bacias Hidrográficas, que terá seu piloto nas Bacias Hidrográficas dos rios do Sinos e Gravataí. Coloca que o GT segue trabalhando em parceria com as entidades que compõem a portaria, DRH, METROPLAN, Comitê de bacias e outros atores para revitalizar a bacia hidrográfica do rio Gravataí. Informa que o plano contempla também a bacia do rio dos Sinos, mas ressalta que o foco do GT é na bacia do Gravataí. No último mês trabalhou-se na elaboração de um termo referência para as intervenções de bioengenharia, que já vem sendo discutidas há muito tempo dentro da APA e que agora também está contido no plano de manejo. O GT estando dentro desse Plano de Revitalização de Bacias tem melhores condições para viabilizar esse projeto de bioengenharia. Informa que já foi trabalhado o TR para a contratação do projeto básico da bioengenharia, e que o GT também está prestando apoio técnico à coordenação do Programa para elaborar os TRs para contratação do projeto básico de recuperação de nascentes e de cursos d’água. Os TRs agora precisam seguir os trâmites burocráticos até serem aprovados e liberados, o próximo passo é passar pelo jurídico da SEMA, ocasião em que o GT será comunicado caso haja necessidade de ajustes, estando todos de acordo, seguem até a aprovação final do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR para a liberação das contratações. Além dos TRs o GT também auxiliou na análise de um Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD para recuperação das voçorocas localizadas na Fazenda Quatro Irmãos. O GT está aguardando retorno de complementações solicitadas para uma reanálise. Pretende-se que a recuperação das voçorocas iniciem ainda neste ano, sendo que a equipe segue em várias ações focadas nesses objetivos.

Andreas: Pergunta se o GT tem informações sobre os estudos de uma nova UC de proteção integral dentro da APA na localidade da Anastácia. Na época questionamos a destinação dos recursos, mas não conseguimos acompanhar essas respostas, gostaríamos de saber se teve um produto entregue, como foram gastos os recursos destinados a esse estudo e que destino está sendo dado para esse produto.

Letícia: A ideia de criar uma outra UC dentro da APA foi o que gerou o acordo de cooperação que gerou a iniciativa da criação deste GT. No começo foi sim disponibilizado um recurso para a contratação de estudos para a elaboração desta UC, mas a ideia não foi adiante, pois era inviável. O Comitê de Bacias também questionou o Secretário de Meio Ambiente sobre o produto gerado por esse estudo, a APA recebeu um *link* contendo diversos documentos referentes a esses estudos, mas nenhum de forma conclusiva.

Andreas: Conta que na época questionaram sobre os estudos hidrológicos para construção de uma UC. Entendem que a construção da UC serviu de máscara para os estudos hidrológicos, questionamos o uso de recursos públicos para a elaboração desses estudos que tiveram a chancela do Ministério Público, inclusive. Questiona: se foi gasto dinheiro público para a elaboração dos estudos onde está o produto?

Letícia: Responde que no seu entendimento, foi parcialmente entregue, pois não tem nenhum produto conclusivo, que existem apenas diversos fragmentos de estudos. Enfatiza como positivo que a criação da UC não foi adiante, pois o barramento proposto iria secar uma grande parte do banhado dentro de uma propriedade particular, e alagar uma outra parte do banhado que teria seu regime hídrico totalmente alterado afetando severamente toda a fauna e flora da região, colocando que seria na verdade um crime ambiental e não uma proteção ambiental.

Andreas: Continua dizendo que este projeto nasceu viciado na origem, gastou recursos públicos, não entregou o produto final e ninguém está sendo responsabilizado. Entende que cabe mobilizarmos o MP, que gerou a situação constrangedora, pois foi alertado na época, não deu ouvidos e mesmo assim deu a chancela.

Letícia: Estamos usando o mesmo PROA que foi aberto para a criação da nova UC, para aportar as informações do GT com o intuito de não perdermos esse histórico. Temos algumas reuniões do GT para colocarmos no PROA, falta apenas a revisão, o PROA tem algumas lacunas temporais, o questionamento do comitê de bacias está neste PROA, e a resposta do secretário esperamos que seja anexado.

Paola: Concorda com o Andreas, quem lê o processo percebe que ele não termina. A criação de uma nova UC na bacia veio como uma das propostas para renaturalização/revitalização do Gravataí, onde foram alocados recursos de compensação ambiental da CMPC celulose para elaborar estudos para criação de uma nova UC, e dentro desses estudos um deles é o estudo que a Letícia se referiu, mas dentro do processo ele não está bem justificado qual a relação desse estudo com a criação de uma nova UC e ele não tem uma conclusão, o estudo elaborado não conclui se é viável ou não elaboração de uma UC.

Andreas: Esse era o vício de origem, foi usado como uma manobra e todo mundo foi alertado, por isso insiste que o Conselho deve buscar uma explicação sobre o gasto desses recursos. Lembra que na época os recursos para elaboração do Plano de Manejo não eram liberados, então ressalta que se deve buscar explicações junto ao MP, para se avaliar se houve alguma ilegalidade, e se for o caso, cabe a responsabilização dos entes públicos por estes gastos.

Paola: Lembra que além da questão ambiental tem a defensoria do patrimônio público, entende que isso beira a improbidade administrativa.

Andreas: Também tem essa dúvida e com certeza isso precisa ser avaliado. Só não sabe quem deve ser mobilizado e nem como, mas precisamos buscar essas respostas.

Roberta: Solicita o encaminhamento dessas demandas para TJ regional, para que possa se inteirar do assunto. Diz que ainda não estava na promotoria nessa época, pois escuta o debate e não recorda dessas passagens. Sugere que após se inteirar dos documentos e entender o processo como um todo, se marque uma reunião para buscarmos entender todos os pontos aqui levantados.

Cecília: Esclarece que se trata daquele Termo de Cooperação da Renaturalização que inclusive foi aditado agora, que foi tema de conversa com o Secretário e com o Diretor Diego. É o mesmo termo que foi aditado e deu origem a este GT da Renaturalização.

Letícia: Essa história iniciou em janeiro em 2018, segundo sua lembrança.

Andreias: Reforça que agora é preciso reunir esses documentos e encontrar uma forma de encaminhar isso formalmente.

Roberta: Diz que reunindo os documentos, e mandando para o *e-mail* da promotoria regional, é fácil. Hoje os processos já estão de forma eletrônica, chegando no *e-mail* da regional se abre o processo ou buscamos pelo expediente já aberto. Existe um expediente sobre as ações do GT que a Letícia sempre me encaminha o andamento, esse GT que foi criado a partir das nossas reuniões e demandas trazidas pela APABG em 2019, mas se existem demandas anteriores, e se foi gasto recursos de compensações ambientais para a elaboração de um estudo, ele precisa dizer que sim ou que não, vamos apurar onde foram gastos esses recursos e cobrar de quem deveria entregar o produto. Entende os questionamentos do Andreas, mas precisamos entender o processo como um todo e para isso precisamos fazer os resgates das informações.

Andreas: Quem estava por dentro de todo o processo ainda se encontra na UTI, mas estamos tendo acesso ao computador dele e resgatando as memórias de reuniões, agendamentos e comunicações com o MP.

Roberta: Caso tenham ao menos o número do processo já ajudaria muito a buscarmos ele na promotoria.

Tânia: Sempre é bom lembrarmos da luta de todos e do tempo despendido de cada um para participar dessa reuniões, muitos deixando de lado seus outros compromissos para defender, principalmente, a participação popular e democrática na constituição dos conselhos participativos, sempre é bom lembrar do desmonte da participação dos conselhos promovido politicamente durante os quatro anos da gestão desse pessoal.

Letícia: Fecha a pauta da revitalização:

**4.Relatos**

**4.1- Linha de Transmissão Capivari do Sul – Viamão 3 (Reunião virtual ocorrida em 01/09/2020)**

Letícia: Relata que a algum tempo o Sr Lucidio apontou uma série de problemas na marcação das torres da linha de transmissão Capivari do Sul - Viamão 3. imediatamente analisou-se as licenças e verificou-se que não havia sido cumpridas todas as condicionantes apontadas no parecer emitido pelo Conselho da APA. Entrou-se em contato com a Divisão de Energia da FEPAM, e a pessoa responsável pelo setor informou que ainda não estava a par da situação, mas que iria buscar as informações. Resgata a informação dada na última assembleia de que haveria uma reunião com a DIGEN/FEPAM e empreendedor. Traz para a plenária que nessa reunião o empreendedor informou que acatou a decisão do conselho (ano 2016) e alterou o traçado das linhas, mas o município de Viamão não autorizou o novo traçado proposto pela empresa, e quando o processo retornou à FEPAM ela autorizou o traçado original e emitiu a licença. Coloca que o entendimento da gestão da APABG sobre esse caso é de que essa licença não poderia ter sido emitida por não considerar o parecer emitido pelo Conselho Gestor da APA, que inclusive na época ainda tinha caráter deliberativo. Mas foi emitida e o empreendedor a partir disso está dando seguimento ao empreendimento. Hoje, segundo informações da DIGEN, essa decisão está nas mãos do Secretário Artur Lemos e não temos notícias do seu andamento desde o dia 1° de setembro, que foi o dia da reunião. A partir desta licença, busca-se emitir uma manifestação, mas não se tem muito claro de que forma se fará isso. Antes de abrir para a manifestação do conselho coloca que gostaria de trazer para plenária outra demanda, que é a solicitação de um novo parecer sobre a linha de transmissão Capivari do Sul - Guaíba – 3. Essa linha havia sido negada e agora está com um novo traçado e solicitando um parecer. Esse empreendimento é algo muito grande e que terá um grande impacto na APA, e estando em vias de finalizar o Plano de Manejo, sugere-se abrir a câmara temática das LTs para discutir isso ou solicitar que a FEPAM aguarde as diretrizes do Plano de Manejo para dar seguimento a esse licenciamento. Esse é outro empreendimento que exige manifestação da APA e é importante ouvir a opinião do Conselho sobre as duas demandas apresentadas. Primeiro sobre a linha Capivari do Sul - Viamão 3. Alguém gostaria de contribuir?

Andreas: Diz que a primeira coisa seria formalizar o erro. Pergunta se houve o reconhecimento do erro formalmente, se existe um documento.

Letícia: Esclarece que eles reconheceram o erro, mas não existe nada formal. Que desconhece a existência de ata dessa reunião. Que essa reunião foi bem informal. Solicitaram um breve histórico dessa LT para entender melhor os acontecimentos, foi explicado que foi criado um GT no âmbito do Conselho da APA em 2016 para análise dos traçados das linhas, que o traçado desta LT não foi aprovado por esse GT, que foram estabelecidas algumas condicionantes, etc. Contaram que Viamão não autorizou as alternativas locacionais que o empreendedor apresentou considerando as condicionantes, e com essa negativa do município, quando retornaram a FEPAM, a mesma autorizou o traçado original e foi emitida a licença, e seguiram o processo como se nunca tivessem recebido a negativa do Conselho para o traçado original.

Andreas: Pergunta se os nossos estão formalizados dentro do processo.

Letícia: Não tem certeza se estão formalizados no processo físico.

Andreas: Diz que isso demonstra uma desconsideração ao parecer do Conselho. Questiona o tipo de responsabilidade que está sendo assumida pelo Secretário e como ele vai responder a ela. Entende que de alguma forma o Conselho deveria provocar a formalização dessa desconsideração.

Letícia: Outro comentário que surgiu nessa reunião é sobre a falta de documentos no processo, por exemplo, as negativas de Viamão, eles sabem que as alternativas locacionais foram negadas pelo município, mas o documento da negativa não está em lugar nenhum do processo.

Andreas: Pergunta se tem a nossa negativa e não tem a negativa de Viamão.

Letícia: Não pode garantir o que tem, pois é um processo físico e está com a FEPAM (ou com o Secretário).

Andreias: Entende que esse processo físico precisa ser resgatado para entendermos o que tem realmente no processo, e pergunta se tem ata desta reunião.

Letícia : Responde que não.

Andreias: Sugere que o primeiro desafio é achar uma forma de formalizar os acontecimentos. As manifestações do Conselho estão formalizadas dentro do processo, mas as outras que resultaram no erro, não se sabe, então a primeira coisa seria pedir vistas ao processo físico.

Letícia: Pergunta à Andreas se esses outros processos fazem diferença, pois não existe justificativa para não atender as condicionantes e nem sequer avisar à APA.

Andreas: Explica que entende, mas tem uma alegação aí que não tem sustentação no processo, e a do Conselho tem. É preciso provocar de alguma forma um reconhecimento do erro, porque ele que irá dar a legitimação ao erro, por que essa decisão não pode ser tomada de gabinete, pois existem pessoas que serão afetadas no terreno, tem a empresa sendo afetada.

Paola: Pergunta se não pode ser uma pergunta direta. Mesmo sabendo-se que tem um parecer contrário, por que motivo foi emitida uma licença para o empreendimento.

Letícia: Questiona se o motivo importa agora. Uma licença foi emitida de forma irregular, entende que é suficiente apenas cobrar providências, no seu entendimento, agora os motivos são irrelevantes.

Andreias: Explica que interessam muito, porque eles resultam em responsabilidades. A forma que a Paola colocou obriga eles a dar uma resposta concreta de como e porquê aconteceu. Entende necessário perguntar formalmente: o que aconteceu, porque aconteceu e o que será feito. Pedir para incluir no processo físico que ainda não está concluído, pois a LO ainda não foi emitida.

Letícia: Pergunta se a sugestão é primeiro solicitar o processo físico.

Andreas: Diz que não. Sugere ser mais direto. Fazer um ofício com esse teor: O que aconteceu para não serem atendidas as condicionantes. Porque aconteceu. Quais medidas serão tomadas. E solicitar que esse documento (ofício) seja incorporado ao processo de licenciamento. Lembrando que isso é uma sugestão, fica a critério do conselho aprovar.

Letícia: Apoia a sugestão. Pergunta se Andreas lembra de quando foi detectado o não atendimento das condicionantes, que ele colaborou na forma do encaminhamento dos questionamentos à FEPAM. Foi aberto um PROA, o questionamento foi encaminhado, e até hoje não obtivemos retorno por vias formais (*e-mail*).

Andreas: Reforça a importância de pedir que todos esses documentos e informações também sejam incorporados ao processo, porque aí teremos todo o histórico do processo. Isso é o que precisamos, a formalização, pois tem muita gente prejudicada. Tem a APA, têm pessoas, tem a própria empresa.

Letícia: Foi comentado nessa reunião que a empresa já aportou muito dinheiro no traçado dessa linha e uma negativa do traçado implicaria certamente em um processo contra a FEPAM.

Andreas: Existem mil e uma opções para discutir, é preciso sentar com todos os envolvidos e discutir a melhor solução.

Roberta: Comenta que essa documentação lhe foi encaminhada, então a pressão está bem grande, a APA de um lado e o MP do outro. Está abrindo o procedimento eletrônico agora para verificar e está vendo que a FEPAM foi oficiada, porém ela não responde. Inclusive hoje está saindo um novo ofício para a FEPAM, porque ela não respondeu, então gostaria que vocês ficassem cientes que o MP também está cobrando respostas da FEPAM.

Daniela: Gostaria de reiterar os esforços do SINDIENERGIA, e lembrar que a empresa CYMI não faz parte do SINDIENERGIA, mas que estão buscando junto ao governo a criação de um comitê permanente sobre as linhas de energia, e que já realizaram algumas reuniões solicitando a criação desse comitê. Diz que existe uma portaria redigida e está faltando apenas a publicação. O SINDIENERGIA tem alguns empreendimentos naquela área com estudos primários e que poderiam subsidiar alguma informação.

Letícia: Reconhece o esforço da conselheira representante do SINDIENERGIA em ajudar e mediar, mas em uma fala da Rosaura da DIGEN ela disse que pediu de forma informal para empresa que suspendesse por um período as atividades até que fossem resolvidos os problemas com o menor impacto possível, mas parece que a empresa segue com o seu cronograma, segundo relatos dos moradores do entorno. Desta forma sugere continuar com o grupo do Conselho sobre as LTs para construir em conjunto esse documento.

Cecília: E nesse ofício não daria para solicitar uma reunião com todos os atores envolvidos?

Andreas: Acho que poderia ser, penso ser importante que a APA tome essa iniciativa, se colocando completamente a disposição e mostrando que está aberta a discussão das condicionantes que ela apresentou, até porque ela tinha apresentado uma solução que contemplava todo mundo e essa solução não foi levada em consideração.

Cecilia: Acho bem importante participar todos, pois chamar a Letícia em separado sem ata sem nada não seria a melhor solução.

Letícia: Pergunta se o ofício seria em nome da APA ou do Conselho.

Andreas: Sugere que seja em nome do Conselho.

Letícia: Então na segunda-feira da próxima semana será encaminhado o documento para apreciação de todos.

Andreas: Pede para provocar o grupo do GT, tem os outros conselheiros também.

Letícia: Lembra que tem a outra LT que precisa de parecer conjunto também, será encaminhado o número do Processo no SOL e pede que todos analisem.

Cecília: Sugere emitir uma manifestação geral, que para esses empreendimentos que necessitam EIA, se aguarde as diretrizes que estão sendo construídas. Em dezembro já teremos essas diretrizes. Elas não precisam ser publicadas, apenas definidas. Sugere uma manifestação do Conselho indicando que a gestão da APA aguarde as diretrizes e as normas do Plano de Manejo para depois emitir parecer, favorável ou não, para qualquer empreendimento que exige EIA - RIMA.

Daniela: Informa que na próxima semana haverá uma reunião do SINDIEOLICA onde será possível convidar empresas que não fazem parte do sindicato e a ideia é convidá-las para compor o sindicato, isso acontecendo será mais fácil de ter um acesso mais direto a essas empresas.

 **5.Assuntos Gerais**

**5.1- Relato sobre a luta contra o aterro sanitário de Viamão.**

Letícia: Foi solicitado um espaço nesta assembleia para o relato do movimento Não ao aterro sanitário em Viamão, quem irá fazer o relato é a Eliete.

Eliete: Agradeceu o espaço. Relata que a luta é contra a vinda de lixo de várias cidades da região metropolitana para Viamão em uma zona rural onde existem comunidades indígenas, onde tem produção de alimentos orgânicos com certificação, onde tem uma água pura, onde tem uma natureza preservada. Então não se entende a ideia de se trazer um aterro desse monte para uma área como essa, a questão não é a construção ou não de um aterro, mas sim a vinda de lixo de um grande número de cidades metropolitanas para Viamão e em especial para uma lugar de natureza preservada. Em 2019 houve uma manifestação muito forte da população em diversos debates com o poder público e comunidade. Aconteceram inclusive reuniões com o promotor Felipe do núcleo de soluções de conflitos, onde souberam existência de um parecer do promotor Leonardo Melim que recomendava à Prefeitura de Viamão que não emitisse a certidão de ocupação e uso do solo, pois precisaria observar vários quesitos, entre eles: as aldeias indígenas, a necessidade de passar pela discussão nos conselhos da cidade entre outros. A prefeitura continuou a fazer audiências públicas, a comunidade se mobilizou para cancelar essas audiências. O grupo entrou com uma ação na promotoria, mas para surpresa ficaram valendo as audiências públicas realizadas pela Prefeitura de Viamão e a certidão foi emitida pela prefeitura em 12 de junho de 2020, a empresa aproveitou o período da pandemia e encaminhou a solicitação de emissão das certidões, e essas certidões foram emitidas desconsiderando totalmente o parecer do promotor Leonardo Melim, inclusive no processo essas recomendações não estão presentes. Buscaram as atas para entender o que ocorreu. São uma sucessão de eventos em prol da empresa que buscam entender. Estão buscando o apoio das entidades, por entender que a comunidade não foi ouvida em momento algum, sem contar com o terrível crime ambiental que está em curso pela quantidade de lixo que irá ser depositado em Viamão e esses dados de volume são da empresa. “Semana passada o aterro municipal de Viamão, que a prefeitura diz ser muito bem fiscalizado estava pegando fogo, imagina um aterro no volume que está sendo projetado para Viamão?” Querem registrar a preocupação da comunidade que está sendo representada por essa comissão, e gostariam de saber em que momento a comunidade foi ouvida, pois todas as decisões foram em favor da empresa, querem saber porque nem mesmo o parecer da promotoria foi levado em consideração para emissão das certidões favoráveis a empresa. Agradece e se coloca à disposição para responder questionamentos.

Letícia: Conta que recebeu o EIA/RIMA deste empreendimento - pois foi solicitado um parecer da APA, mas ainda não leu todo documento, já viu que apresentam 3 alternativas locacionais, e que a 3ª é bem na borda dos limites da APA, e dentro dos limites da Bacia do Gravataí, sendo essa o alvo da manifestação da UC, pois, segundo o EIA, tem 2 nascentes, portanto, em um eventual vazamento de chorume poderia comprometer as nascentes, os córregos dentro do banhado e chegar até o rio Gravataí que serve para captação de água para consumo humano. Quanto às outras duas alternativas locacionais, não existe argumento técnico para a análise da APA.O Processo está sendo analisado e logo será agendada uma vistoria da área.

Eliete: Coloca o grupo à disposição para ir junto na vistoria e manifesta o desejo de que no parecer incluíssem as aldeias indígenas.

Letícia: Explica que entende a preocupação do grupo, acha muito importante todos esses pontos levantados, mas tecnicamente a APA só pode se manifestar nas questões diretamente ligadas a UC.

Eduardo: Contribui lembrando que no Estado existe uma divisão da Secretaria de Agricultura atuando diretamente nas questões indígenas, talvez fosse uma alternativa para o movimento buscar ajuda nessa esfera, se colocou à disposição para deixar seu contato para Elite e se colocou à disposição para tentar uma mediação.

Roberta: Considerando as colocações feitas pela Sra Eliete é importante deixar claro que os documentos emitidos pela Prefeitura são, nada mais, que uma informação de que o plano diretor do município de Viamão não veda a instalação de aterro no local, sendo essa informação de obrigação da prefeitura ceder a qualquer empreendimento, ele não autoriza a instalação, apenas deixa claro que o plano diretor não veda a instalação. Como a Sra Eliete teve acesso ao processo, como ela mesma mencionou, certamente deve ter lido que existe uma recomendação desconsiderando a decisão do promotor Leonardo, é preciso também ter a clareza de quem dá a liberação para o empreendimento é a FEPAM e não a prefeitura, vale ressaltar também que, caso a prefeitura não tivesse dado essa informação para a empresa ela teria ajuizado um mandado de segurança para ter acesso a essa informação, que é um direito líquido e certo do empreendedor. Já conversou com a Sra Eliete e com integrantes do movimento, esse documento não significa que está autorizado a instalação do empreendimento, apenas deixa claro que o plano diretor do município de Viamão não veda a instalação naquela região! E isso é somente um dos diversos itens que precisam ser avaliados pelo órgão ambiental responsável, no caso a FEPAM e não o município. As audiências públicas realizadas no município não se referem a intenção da instalação do empreendimento, as audiências têm o objetivo de tratar do plano municipal de saneamento básico e dentro do PMSB está o Plano municipal de gestão de resíduos sólidos, e essas audiências tinham ligação com isso e não com a instalação de qualquer empreendimento. É importante esclarecer isso, pois da forma que foi colocado pode se levantar alguma dúvida sobre alguma questão, como por exemplo quando se foi dito que a promotora Roberta sabia das audiências públicas e validou as audiências, quando a Dra Roberta juntamente com o Dr Felipe desconsideravam a recomendação do Dr Leonardo e volta a dizer é obrigação do município dar essa informação, única e exclusivamente em relação ao plano diretor e seu plano diretor não veda a instalação deste tipo de empreendimento naquele local. Agora está com a FEPAM para análise e ela que irá escutar os envolvidos, inclusive a solicitação de audiência já foi recebida e encaminhada para o núcleo que está analisando a solicitação do empreendimento, coloca-se à disposição para qualquer orientação, mas é necessário que as orientações sejam compreendidas.

Cecília: Reforça o assunto das linhas de transmissão, e demais empreendimentos que necessitem de EIA, como é o caso do aterro sanitário, que aguardem as diretrizes do Plano de Manejo, e após a definição dessas diretrizes, a APA se manifeste. Nessa linha de raciocínio fica como prioridade esses dois tipos de empreendimentos para discussão nas duas próximas oficinas, de conservação ambiental e saneamento. Essas serão as primeiras oficinas temáticas, assim, inicia-se a construção das diretrizes para a avaliação desse tipo de empreendimento.

Eliete: É transparência no debate que o movimento solicita, no seu entendimento a certidão que foi emitida tira a responsabilidade do município em discutir o assunto e leva para longe da comunidade, tira a possibilidade das comunidades ser ouvidas, questionam a agilidade do processo, não veem o MP se manifestar em favor da comunidade em nenhum momento, falam em audiência pública para discutir PMRS, mas Viamão não tem PMRS aprovado essa é a realidade. Aguardarão posicionamento da FEPAM, mas o que gostariam de saber é porque o único parecer favorável, que foi do Dr Leonardo, não foi levado em consideração.

Letícia: Relata que outra demanda dos assuntos gerais é referente às oficinas marcadas para as duas próximas semanas e após essas semanas próximas a ideia é marcar uma reunião do Conselho para avaliar o que foi trabalhado nas oficinas. E a sugestão é marcar para o dia 09 de novembro uma reunião extraordinária e a próxima reunião será ordinária no dia 07 de dezembro. Pergunta se todos concordam.

Cecília: Lembrando que existe a possibilidade de alterar a data da reunião conforme o andamento das oficinas, podem surgir demandas diferentes das programadas.

Letícia: Reforça a solicitação anterior para que todos coloquem no *chat* o nome e a entidade que representam ou se são convidados, a lista de presença será feita a partir dessa lista de nomes e entidades.

 **5.2- Marcação da próxima reunião**

Próxima reunião, extraordinária, fica marcada para o dia 09 de novembro às 14h, e para o dia 07 de dezembro às 14h a reunião ordinária, última do ano.

Não havendo nada mais a ser acrescentado, a Presidente do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, Letícia Rolim Vianna, encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, e eu, Letícia Rolim Vianna, lavrei a presente ata.